

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo Class.: 315

Data: 06.07.87 Pg.: _____

Hidrelétrica de Balbina pode provocar desastre ecológico

SÍLVIA MORAES
Do Reportagem Local

Um vasto lago pantanoso com pequena profundidade, mau cheiro e capacidade reduzida de produção de energia elétrica, no meio da exuberância da floresta Amazônica. Este é o cenário vislumbrado por ecologistas e técnicos para o futuro reservatório de 2.360 quilômetros quadrados que deverá se formar com o fechamento das comportas da usina hidrelétrica de Balbina (146 km ao norte de Manaus-AM), no rio Uatumã, previsto para ser iniciado em outubro próximo.

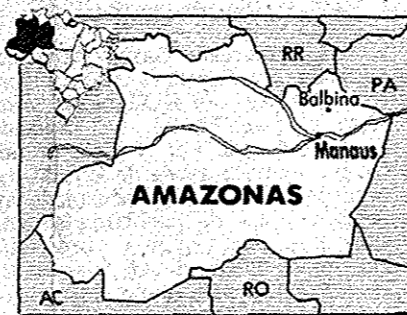
Estudioso dos problemas da região, o professor de Paulo Monte, 32, da Universidade do Amazonas, que está fazendo mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sobre os índios da região de Balbina, afirma que toda a floresta que será alagada formará uma biomassa em decomposição, que produzirá gás sulfídrico. "Esse gás, além de um enorme mau cheiro, poderá provocar a corrosão das turbinas, como já aconteceu no lago Brokopondo, construído em 1964, no Suriname (norte da América do Sul). Lá, o custo extra de conservação, reparo e manutenção de peças danificadas foi estimado em US\$ 4 milhões (cerca de Cz\$ 174,16 milhões), mais de 7% do custo total do projeto".

O coordenador de Proteção Ambiental de Balbina, da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.), Willy Antônio Pereira,

56, refuta essa afirmação. Segundo ele, a Eletronorte tem isso programado e os equipamentos foram especificados para ter maior resistência à corrosão. Para corrigir outros efeitos levantados por ecologistas, como a proliferação de insetos transmissores de doenças devido à má qualidade da água, Pereira disse que a "rarefeita população da região terá acompanhamento de saúde, vacinação e água potável".

Independente dos efeitos ecológicos, a construção de Balbina é questionada por técnicos que acreditam na possibilidade de escolha de opções mais vantajosas, do ponto de vista econômico e ecológico. O físico José Goldenberg, 59, reitor da Universidade de São Paulo e ex-presidente das Companhias Energéticas do Estado de São Paulo (Cesp), disse que a usina não deveria ter sido construída porque está em uma área com vários problemas geográficos. "Como a declividade é baixa, a relação entre um hectare alagado e energia produzida é muito pequena. Enquanto uma usina como Ilha Solteira (SP) produz cerca de 26 quilowatts por hectare alagado, Balbina produzirá apenas 2,2 quilowatts por hectare alagado", afirmou.

Gidemberg disse, ainda, que antes do valor econômico está o valor ecológico, minimizado pela Eletronorte. Pereira disse que "são apenas 2.360 quilômetros quadrados em meio a cinco milhões de quilômetros quadrados de ecologia amazônica". Para o reitor da USP, a utilização do gás das reservas de Juruá, a cerca de quinhentos quilômetros de Manaus, em usinas termelétricas, ou a integração de Manaus ao sistema de



A região de Balbina, na Amazônia

Tucuruí poderiam ser opções estudadas para abastecer a cidade sem necessidade de construção da hidrelétrica. A Eletronorte —que está gastando US\$ 777 milhões (cerca de Cz\$ 33,83 bilhões) com a obra— critica essas duas alternativas com os argumentos de que o gás é um combustível não-renovável e que a integração a Tucuruí seria prejudicada pela inexistência de tecnologia para atravessar o rio Amazonas.

O maior desastre ecológico causado por uma hidrelétrica no Brasil. Assim a presidenta da Fundação Pró-Natureza (Funatura), de Brasília, Maria Tereza Jorge Pádua, 44, define o que deverá acontecer em Balbina "A construção já é inevitável, mas sempre é bom alertar para que não se repita. Não dá para entender que se inunde uma área enorme na Amazônia que nem economicamente se justifica", afirmou. Já a Eletronorte argumenta que a nova usina deverá propiciar uma economia de cerca de US\$ 35 milhões (cerca de Cz\$ 1,52 bilhão) por ano. Segundo a assessoria de imprensa da empresa, hoje gasta-se cerca de US\$ 64 milhões (cerca de Cz\$ 2,78 bilhões)

por ano para gerar 140 megawatts para Manaus.

No entanto, os ecologistas protestam contra a devastação da área. Segundo Paulo Monte, ficarão submersas inúmeras espécies de animais em extinção, como araras azuis, onças pintadas, porcos-do-mato, e ainda grande riqueza em madeiras-de-lei, como cedro, macaranduba, macacaúba e angelim. O presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), Ibsen de Gusmão Câmara, 63, disse que foi convidado pela Eletronorte para propor meios de diminuir o impacto ambiental, mas apenas em dezembro do ano passado. "A menos de um ano do alagamento, muito pouco poderia ser feito. Sugerimos que o salvamento se concentrasse nas espécies ameaçadas de extinção, como tatu-canastra, e que se procurasse aproveitar os animais para pesquisa científica", disse.

Esse salvamento de última hora, entretanto, é considerado uma falácia pela presidenta da Funatura, que já foi gerente de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Cesp. "Seria preciso retirar a mata com manejo racional para não existir fauna no momento da inundação. Muitas espécies não serão resgatadas e o salvamento que é feito serve apenas para manter a imagem da empresa".

Willy Pereira, disse que a Eletronorte está seguindo a orientação dos especialistas em ecologia de diversas entidades, inclusive da FBCN, para a formação de uma reserva biológica ao redor do reservatório, que para o presidente da FBCN não é uma solução, mas é "uma forma de compensar um prejuízo ecológico que já é inevitável".

Área indígena será inundada

Não são apenas a flora e fauna da região da hidrelétrica de Balbina que estão ameaçadas. A sobrevivência dos cerca de 350 últimos índios das tribos waimiri e atroari também corre risco, de acordo com o antropólogo Paulo Monte. Segundo ele, os índios devem ter quase um quarto de sua área de caça, coleta e roçados, principalmente de mandioca, tomado pelas águas do reservatório da usina. Procurado para falar do assunto, o superintendente da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Amazonas, Sebastião Amâncio, não foi localizado na quinta e sexta-feira da semana passada.

"Parte dessa área já foi tirada dos índios quando o presidente João Figueiredo reduziu a reserva indígena em 1981", disse Monte. Criada em 1971, a reserva indígena dos waimiri-

-atroari atingiu sua área máxima (2.366.800 ha), em 1978, e hoje tem 1.850 mil ha.

Tradicionalmente ocupantes dessa região de floresta equatorial, a cerca de 250 km ao norte de Manaus, os waimiri-atroari eram cerca de seis mil, no início do século. "Pode-se dizer que desde que entraram em contato com a sociedade nacional, por volta de 1850, têm se mantido em guerra ininterrupta para defesa de suas terras", afirmou o antropólogo. Monte disse que essa guerra se intensificou a partir de 1967 com a chegada de projetos desenvolvimentistas do governo em suas áreas. "Projetos como o de Balbina atrapalham o projeto de vida social e cultural desses índios. Destróem a natureza e a comunidade indígena que depende dela", afirmou.